

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS

**4º TRIMESTRE
2024**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

**RELATÓRIO CONTÁBIL
4º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2024**

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Órgão Superior 49000), relativas ao 4º Trimestre do Exercício de 2024.

Brasília - DF, 31 de janeiro de 2025

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Fernanda Machiaveli

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Diego Donizetti Gonçalves Machado

**COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E
CONTABILIDADE - SUBSTITUTA**

Renato das Neves Iwakawa

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Emerson Costa Nogueira Sousa

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), é órgão da administração pública federal direta, criado pela Lei 14.600/2023, e tem como áreas de competência:

- ✓ Reforma agrária, regularização fundiária em áreas rurais da União e do Incra;
- ✓ Acesso à terra e ao território por comunidades tradicionais;
- ✓ Cadastros de imóveis rurais e governança fundiária;
- ✓ Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas;
- ✓ Desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Política agrícola para a agricultura familiar, abrangendo produção, crédito, seguro, fomento e inclusão produtiva, armazenagem, apoio à comercialização e abastecimento alimentar;
- ✓ Sistemas agroalimentares em territórios rurais e urbanos, agricultura urbana e Peri urbana;
- ✓ Cadastro nacional da agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo, associativismo rural e sistemas agroindustriais da agricultura familiar;
- ✓ Energização rural e energias renováveis destinadas à agricultura familiar;
- ✓ Assistência técnica e extensão rural voltadas à agricultura familiar;
- ✓ Infraestrutura hídrica para produção e sistemas agrícolas e pecuários adaptadas à agricultura familiar, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- ✓ Conservação e manejo dos recursos naturais vinculados à agricultura familiar;

- ✓ Pesquisa e inovação relacionadas à agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo e associativismo rural da agricultura familiar;
- ✓ Biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar;
- ✓ Educação do campo;
- ✓ Políticas de fomento e etnodesenvolvimento no âmbito da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar;
- ✓ Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- ✓ Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; e
- ✓ Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários, incluídos produtos da sociobiodiversidade.

Integram a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quatro secretarias, três órgãos colegiados, quatro entidades vinculadas:

1) órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia;
- b) Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental;
- c) Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar; e
- d) Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais.

2) Órgãos colegiados:

- a) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- b) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF; e
- c) Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais;

3) Entidades vinculadas:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (autarquia);
- b) Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (empresa pública);
- c) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP (empresa pública);
- d) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa Minas (sociedade de economia mista)

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do MDA foram elaboradas observando o disposto na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000.; abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de suas entidades vinculadas no âmbito da administração direta e indireta (Órgão Superior 49000, no SIAFI, Órgãos Vinculados: 22201 – INCRA, 22211 – CONAB, 49000 – MDA, 49001 – Fundo de Terras).

Este Relatório Contábil do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar contém as seguintes Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964, complementadas pelas notas explicativas referentes aos seus itens mais relevantes:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI:

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MDA, a CONAB possui os maiores saldos desse grupo de ativos, em contas de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado.

Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O

sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas,

previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros”, no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No MDA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas (curto e longo prazo) na CONAB;
- b) Provisões Matemáticas a Longo Prazo na CONAB;
- c) Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo na CONAB; e
- d) Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo na CONAB.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

a) Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de

competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS				DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	3.487.658.333,16	3.305.166.189,73	Despesas Orçamentárias	5.647.061.423,29	6.156.322.327,51
Ordinárias	743.920.866,31	665.882.923,19	Ordinárias	3.809.456.566,24	3.370.773.630,50
Vinculadas	2.447.019.903,44	2.344.890.190,94	Vinculadas	1.837.604.857,05	2.785.548.697,01
Seguridade Social (Exceto Previdência)	50.808,97	7.154,71	Seguridade Social (Exceto Previdência)	283.758.162,35	123.330.709,80
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	156.324.820,00	688.788.088,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.441.865.600,95	2.339.731.305,11	Dívida Pública		665.591.861,06
Recursos Não Classificados	5.103.493,52	5.151.731,12	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.397.521.874,70	1.307.838.038,15
(-) Deduções da Receita Orçamentária	296.717.563,41	294.393.075,60			
Transferências Financeiras Recebidas	17.250.958.633,40	16.858.172.901,73	Transferências Financeiras Concedidas	15.743.832.709,76	15.005.926.193,43
Resultantes da Execução Orçamentária	11.732.881.416,47	12.093.202.560,83	Resultantes da Execução Orçamentária	7.834.154.282,07	7.768.311.345,15
Cota Recebida	3.824.643.425,60	3.920.948.317,37	Repasse Concedido	3.252.807.514,93	3.356.089.435,06
Repasso Recebido	3.328.496.856,77	3.760.032.333,37	Sub-repasso Concedido	4.579.627.821,36	4.412.221.910,09
Sub-repasso Recebido	4.579.627.821,36	4.412.221.910,09	Cota Devolvida	1.605.633,04	
Sub-repasso Devolvido	113.312,74		Sub-repasso Devolvido	113.312,74	
Independentes da Execução Orçamentária	5.518.077.216,93	4.764.970.340,90	Independentes da Execução Orçamentária	7.909.678.427,69	7.237.614.848,28
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.120.357.683,50	814.818.277,60	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.131.889.987,72	469.118.337,90
Demais Transferências Recebidas	1.448.200.557,54	1.917.232.484,62	Demais Transferências Concedidas	1.447.751.455,57	1.812.864.140,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.949.518.975,89	2.030.911.426,96	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.330.036.984,40	4.955.291.479,17
Movimentações para Incorporação de Saldos		2.008.151,72	Movimentações para Incorporação de Saldos		340.891,20
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	2.162.696.400,62	1.684.754.110,12	Pagamentos Extraorçamentários	1.250.036.136,89	656.568.377,72
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	215.316.038,38	216.654.594,44	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	224.545.063,22	214.065.415,07
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.612.873.412,68	1.346.900.883,20	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	999.549.159,88	431.472.012,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	19.653.064,04	22.073.287,09	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.230.569,44	10.975.535,26
Outros Recebimentos Extraorçamentários	314.853.885,52	99.125.345,39	Outros Pagamentos Extraorçamentários	711.344,35	55.414,83
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	358.699,28	172.355,98	Pagamento de Passivos Recebidos	685.860,88	
Restituições a Pagar	2.102,57		Valores Compensados	25.483,47	55.414,83
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.755,90	1.036,21			
Arrecadação de Outra Unidade	120.220.872,83	87.931.796,43			
Demais Recebimentos	194.269.454,94	11.020.156,77			
Saldo do Exercício Anterior	3.546.113.097,98	3.516.836.795,06	Saldo para o Exercício Seguinte	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.546.113.097,98	3.516.836.795,06	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98
TOTAL	26.447.426.465,16	25.364.929.996,64	TOTAL	26.447.426.465,16	25.364.929.996,64

2. Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE	8.922.183.725,07	7.757.747.275,13	PASSIVO CIRCULANTE	2.674.992.924,12	1.993.651.323,56
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	282.166.811,54	268.347.220,36
Créditos a Curto Prazo	4.828.138.904,64	3.807.022.099,29	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	61.492.919,64	66.426.510,12
Estoques	287.340.378,11	404.610.084,73	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	923.110,35	1.258.966,23
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	32.684.101,46	39.264.069,69
VPDs Pagas Antecipadamente	208.247,10	1.993,13	Provisões de Curto Prazo	131.024.775,06	119.875.796,96
			Demais Obrigações a Curto Prazo	2.166.701.206,07	1.498.478.760,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE	780.672.523.537,65	777.082.230.544,34	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	987.124.473,88	1.019.106.526,53
Ativo Realizável a Longo Prazo	13.579.868.893,49	17.173.158.961,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	13.579.868.825,75	17.173.158.893,26	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo	67,74	67,74	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	81.498.749,58	102.002.821,78
Investimentos	6.220.249,01	6.294.692,18	Demais Obrigações a Longo Prazo	905.625.724,30	917.103.704,75
Imobilizado	767.044.017.176,93	759.865.046.158,97	Resultado Diferido	-	-
Intangível	42.417.218,22	37.730.732,19	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.662.117.398,00	3.012.757.850,09
Diferido	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio Social e Capital Social	302.801.001,74	302.801.001,74
			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
			Reservas de Capital	7.626,91	7.626,91
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
			Reservas de Lucros	24.406.432,33	13.656.525,98
			Demais Reservas	580.164.761.925,64	555.772.909.482,12
			Resultados Acumulados	205.440.612.878,10	225.737.845.332,63
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	785.932.589.864,72	781.827.219.969,38
TOTAL DO ATIVO	789.594.707.262,72	784.839.977.819,47	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	789.594.707.262,72	784.839.977.819,47

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCIERO	4.068.848.937,42	3.817.069.022,35	PASSIVO FINANCIERO	2.326.913.705,89	1.906.601.694,63
ATIVO PERMANENTE	785.525.858.325,30	781.022.908.797,12	PASSIVO PERMANENTE	3.367.468.384,71	2.729.758.208,47
			SALDO PATRIMONIAL	783.900.325.172,12	780.203.617.916,37

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	PASSIVO	
	2024	2023		2024	2023
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.437.113.211,14	1.048.755.087,30	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.722.176.391,80	3.539.168.247,31
Atos Potenciais Ativos	1.437.113.211,14	1.048.755.087,30	Atos Potenciais Passivos	3.722.176.391,80	3.539.168.247,31
Garantias e Contragarantias Recebidas	89.698.003,26	71.987.066,37	Garantias e Contragarantias Concedidas	7.178,66	7.178,66
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	1.344.697.313,99	974.108.804,13	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.650.432.093,89	1.513.518.907,33
Direitos Contratuais	2.717.893,89	2.659.216,80	Obrigações Contratuais	2.071.737.119,25	2.025.642.161,32
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.437.113.211,14	1.048.755.087,30	TOTAL	3.722.176.391,80	3.539.168.247,31

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.298.495.347,60
Recursos Vinculados	3.040.430.579,13
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-144.258.856,95
Previdência Social (RPPS)	-515.154,96
Dívida Pública	-56.351.151,51
Fundos, Órgãos e Programas	3.103.419.601,15
Recursos Extraorçamentários	138.135.549,40
Recursos Não Classificados	592,00
TOTAL	1.741.935.231,53

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.078.112.396,50	23.758.689.417,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	83.160.362,54	85.110.178,43
Taxas	83.160.362,54	85.110.178,43
Contribuições	2.815.887.289,94	2.558.073.763,50
Contribuições Sociais	23.062.880,29	35.192.724,64
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	2.792.824.409,65	2.522.881.038,86
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	166.607.396,62	116.613.555,19
Venda de Mercadorias	133.255.965,60	80.087.276,20
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	33.351.431,02	36.526.278,99
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	304.986.837,31	325.792.729,71
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	18.295.305,26	26.884.748,14
Juros e Encargos de Mora	90.655.446,05	87.376.401,99
Variações Monetárias e Cambiais	48.594.023,36	44.171.604,07
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	147.271.102,37	167.357.553,95
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	170.960,27	2.421,56
Transferências e Delegações Recebidas	18.041.296.131,15	17.960.218.306,40
Transferências Intragovernamentais	17.697.971.684,24	17.602.215.466,21
Outras Transferências e Delegações Recebidas	343.324.446,91	358.002.840,19
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.131.959.695,38	2.125.973.092,87
Reavaliação de Ativos	52.297.591,02	-
Ganhos com Alienação	83.854.713,13	84.759.701,92
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.585.466.929,91	280.608.163,28
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.410.186.757,38	1.760.597.172,90
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	153.703,94	8.054,77
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	534.214.683,56	586.907.791,56
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-42.086,64	13.323.620,13
Resultado Positivo de Participações	521.171,08	55.790,84
Subvenções Econômicas	54.176.821,48	64.009.044,22
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	74.263.051,39	271.701.638,83
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	405.295.726,25	237.817.697,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	24.151.853.659,19	39.781.049.191,07
Pessoal e Encargos	1.606.638.994,97	1.762.524.390,67
Remuneração a Pessoal	1.113.382.498,48	1.273.196.100,63
Encargos Patronais	432.653.046,31	436.230.549,20
Benefícios a Pessoal	52.585.814,73	40.143.768,67
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	8.017.635,45	12.953.972,17
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	841.477.926,61	811.113.282,62
Aposentadorias e Reformas	542.874.128,16	534.207.520,84
Pensões	271.213.721,54	257.335.758,87
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27.390.076,91	19.570.002,91
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.112.104.486,52	1.162.310.199,30
Uso de Material de Consumo	12.858.124,62	9.890.394,78
Serviços	1.076.244.306,68	1.131.135.678,69
Depreciação, Amortização e Exaustão	23.002.055,22	21.284.125,83
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.772.650,73	1.896.810,16
Juros e Encargos de Mora	6.735.447,58	142.207,20
Variações Monetárias e Cambiais	-	1.730.120,14
Descontos Financeiros Concedidos	37.203,15	24.482,82
Transferências e Delegações Concedidas	17.093.931.577,30	16.081.346.025,65
Transferências Intragovernamentais	16.184.351.740,86	15.753.145.380,07
Transferências Intergovernamentais	172.604.328,71	129.021.973,22
Transferências ao Exterior	6.600,00	1.490.410,89

Outras Transferências e Delegações Concedidas	736.968.907,73	197.688.261,47
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.846.062.493,68	19.576.543.305,47
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	5.880.693,50	16.371.065.382,66
Perdas Involuntárias	8.661.316,92	1.727.978,32
Incorporação de Passivos	2.029.558.789,52	2.311.674.576,38
Desincorporação de Ativos	801.961.693,74	892.075.368,11
Tributárias	38.240.510,32	25.888.371,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.396.750,30	23.926.286,98
Contribuições	2.843.760,02	1.962.084,88
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	175.559.588,37	153.115.350,30
Custo das Mercadorias Vendidas	175.559.588,37	153.115.350,30
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	431.065.430,69	206.311.455,04
Subvenções Econômicas	213.875.106,64	43.202.038,60
Constituição de Provisões	16.576.957,09	75.418.755,57
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	200.613.366,96	87.690.660,87
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	926.258.737,31	-16.022.359.773,41

4. Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.285.917.387,00	2.285.917.387,00	3.352.117.942,62	1.066.200.555,62
Receitas Tributárias	60.676.319,00	60.676.319,00	58.213.589,05	-2.462.729,95
Taxas	60.676.319,00	60.676.319,00	58.213.589,05	-2.462.729,95
Receitas de Contribuições	1.591.107.946,00	1.591.107.946,00	2.845.542.075,08	1.254.434.129,08
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.591.107.946,00	1.591.107.946,00	2.845.542.075,08	1.254.434.129,08
Receita Patrimonial	169.488.773,00	169.488.773,00	156.640.631,31	-12.848.141,69
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.866.953,00	10.866.953,00	10.487.432,46	-379.520,54
Valores Mobiliários	158.621.820,00	158.621.820,00	146.153.198,85	-12.468.621,15
Receitas de Serviços	52.724.435,00	52.724.435,00	48.872.212,79	-3.852.222,21
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	30.198.569,00	30.198.569,00	32.955.780,41	2.757.211,41
Serviços e Atividades Financeiras	22.525.866,00	22.525.866,00	15.916.432,38	-6.609.433,62
Outras Receitas Correntes	411.919.914,00	411.919.914,00	242.849.434,39	-169.070.479,61
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.874.438,00	1.874.438,00	2.809.251,30	934.813,30
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	30.022.172,00	30.022.172,00	10.560.715,52	-19.461.456,48
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	1.215.626,48	1.215.626,48
Demais Receitas Correntes	380.023.304,00	380.023.304,00	228.263.841,09	-151.759.462,91
RECEITAS DE CAPITAL	345.413.902,00	345.413.902,00	135.540.390,54	-209.873.511,46
Operações de Crédito	152.544.107,00	152.544.107,00	-	-152.544.107,00
Operações de Crédito Internas	130.544.107,00	130.544.107,00	-	-130.544.107,00
Operações de Crédito Externas	22.000.000,00	22.000.000,00	-	-22.000.000,00
Alienação de Bens	135.216.896,00	135.216.896,00	82.681.719,49	-52.535.176,51
Alienação de Bens Móveis	117.001,00	117.001,00	536.709,00	419.708,00
Alienação de Bens Imóveis	135.099.895,00	135.099.895,00	82.145.010,49	-52.954.884,51
Amortização de Empréstimos	57.652.899,00	57.652.899,00	52.858.671,05	-4.794.227,95
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.631.331.289,00	2.631.331.289,00	3.487.658.333,16	856.327.044,16
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.631.331.289,00	2.631.331.289,00	3.487.658.333,16	856.327.044,16
DEFÍCIT			2.159.403.090,13	2.159.403.090,13
TOTAL	2.631.331.289,00	2.631.331.289,00	5.647.061.423,29	3.015.730.134,29
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	2.200.624.916,00	-	-2.200.624.916,00
Superavit Financeiro	-	6.572.755.187,00	-	-
Créditos Cancelados	-	-4.372.130.271,00	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA			
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.804.978.416,00	5.475.346.860,99	4.347.268.124,13	3.813.532.781,07	3.600.123.509,53	1.128.078.736,86
Pessoal e Encargos Sociais	2.218.006.361,00	2.358.007.286,00	2.312.219.041,92	2.299.732.552,22	2.116.398.420,76	45.788.244,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.586.972.055,00	3.117.339.574,99	2.035.049.082,21	1.513.800.228,85	1.483.725.088,77	1.082.290.492,78
DESPESAS DE CAPITAL	799.186.364,00	1.329.442.835,00	1.299.793.299,16	220.655.229,54	218.748.462,70	29.649.535,84
Investimentos	416.330.131,00	350.058.272,00	320.409.387,13	33.879.209,82	33.478.298,15	29.648.884,87
Inversões Financeiras	382.856.233,00	979.384.563,00	979.383.912,03	186.776.019,72	185.270.164,55	650,97
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.531.540.070,00	1.531.540.070,00	-	-	-	1.531.540.070,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	6.135.704.850,00	8.336.329.765,99	5.647.061.423,29	4.034.188.010,61	3.818.871.972,23	2.689.268.342,70
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.135.704.850,00	8.336.329.765,99	5.647.061.423,29	4.034.188.010,61	3.818.871.972,23	2.689.268.342,70
TOTAL	6.135.704.850,00	8.336.329.765,99	5.647.061.423,29	4.034.188.010,61	3.818.871.972,23	2.689.268.342,70

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	74.659.464,73	837.670.392,09	605.368.426,81	595.695.802,17	56.074.512,27	260.559.542,38
Pessoal e Encargos Sociais	565.174,85	1.496.297,56	879.092,83	879.092,83	1.076.249,21	106.130,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	74.094.289,88	836.174.094,53	604.489.333,98	594.816.709,34	54.998.263,06	260.453.412,01
DESPESAS DE CAPITAL	202.299.632,98	509.230.491,11	423.802.995,18	403.853.357,71	119.120.946,37	188.555.820,01
Investimentos	185.418.153,40	86.924.638,69	87.456.948,84	83.410.311,37	102.239.466,79	86.693.013,93
Inversões Financeiras	16.881.479,58	422.305.852,42	336.346.046,34	320.443.046,34	16.881.479,58	101.862.806,08
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	276.959.097,71	1.346.900.883,20	1.029.171.421,99	999.549.159,88	175.195.458,64	449.115.362,39

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	663.531.986,88	431.425.493,36
INGRESSOS	20.937.224.826,30	20.113.507.577,32
Receita Tributária	58.213.589,05	59.579.885,25
Receita de Contribuições	2.845.542.075,08	2.581.564.054,25
Receita Patrimonial	11.008.603,54	9.720.699,04
Receita de Serviços	48.872.212,79	67.852.885,33
Remuneração das Disponibilidades	145.632.027,77	164.437.326,02
Outras Receitas Derivadas e Originárias	242.849.434,39	251.153.549,20
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	17.585.106.883,68	16.979.199.178,23
Ingressos Extraorçamentários	19.653.064,04	22.073.287,09
Restituições a Pagar	2.102,57	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.755,90	1.036,21
Transferências Financeiras Recebidas	17.250.958.633,40	16.858.172.901,73
Arrecadação de Outra Unidade	120.220.872,83	87.931.796,43
Demais Recebimentos	194.269.454,94	11.020.156,77
DESEMBOLSOS	-	-
Pessoal e Demais Despesas	20.273.692.839,42	19.682.082.083,96
Essencial à Justiça	-262.002,67	-
Administração	-5.617.504,49	-95.709,42
Assistência Social	-526.843.663,92	-477.571.090,11
Previdência Social	-753.021.949,70	-731.090.735,42
Direitos da Cidadania	-10.479.700,94	-267.298,44
Gestão Ambiental	-400.000,00	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-406.033.995,46	-608.521.591,18
Organização Agrária	-2.192.209.498,83	-1.980.288.053,40
Encargos Especiais	-175.742.017,63	-436.160.441,84
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	358.699,28	172.355,98
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-433.666.581,51	-431.302.376,61
Intergovernamentais	-83.911.767,61	-133.804.769,27
A Estados e/ou Distrito Federal	-23.853.255,16	-9.730.852,45
A Municípios	-60.058.512,45	-124.073.916,82
Intragovernamentais	-259.619.553,71	-280.540.479,89
Outras Transferências Concedidas	-90.135.260,19	-16.957.127,45
Outros Desembolsos Operacionais	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-25.230.569,44	-10.975.535,26
Pagamento de Passivos Recebidos	-685.860,88	
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Valores Compensados	15.743.832.709,76	15.005.926.193,43
	-25.483,47	-55.414,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-403.148.889,64	-402.149.190,44
INGRESSOS	135.540.390,54	170.857.790,64
Alienação de Bens	82.681.719,49	102.510.415,24
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	52.858.671,05	68.347.375,40
DESEMBOLSOS	-538.689.280,18	-573.006.981,08
Aquisição de Ativo Não Circulante	-149.083.178,31	-13.513.915,55
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-381.155.350,36	-552.712.885,47
Outros Desembolsos de Investimentos	-8.450.751,51	-6.780.180,06
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	260.383.097,24	29.276.302,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.546.113.097,98	3.516.836.795,06
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	302.801.001,74	-	7.626,91	43.920.346,78	12.760.314,16	246.784.615.054,77	-	-	247.144.104.344,36
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	15.771.763.817,78	-1.554.146.784,67	-	-	14.217.617.033,11
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	539.988.385.350,18	-3.500.740.601,52	-	-	536.487.644.748,66
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-16.022.359.773,41	-	-	-16.022.359.773,41
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-30.263.820,80	-	30.477.437,46	-	-	213.616,66
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	555.772.909.482,12	225.737.845.332,63	-	-	781.827.219.969,38
	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	555.772.909.482,12	225.737.845.332,63	-	-	781.827.219.969,38
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	17.647.166.618,13	-3.695.740.549,57	-	-	13.951.426.068,56
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	6.744.685.825,39	-	-	-	6.744.685.825,39
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-16.587.393.667,12	-	-	-16.587.393.667,12
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	10.749.906,35	-	-10.749.906,35	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-3.348.331,49	-	-	-3.348.331,49
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	302.801.001,74	-	7.626,91	24.406.432,33	580.164.761.925,64	205.440.612.878,10	-	-	785.932.589.864,72

NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, apresentam-se a notas explicativas referentes aos fatos, valores e registros mais relevantes na análise das demonstrações contábeis do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no quarto trimestre de 2024.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Órgãos vinculados:

ÓRGÃO	SALDO (R\$)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	3.191.757.462,00
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	344.904.424,20
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	91.270.710,55
FUNDO DE TERRAS	178.563.598,47
TOTAL	3.806.496.195,22

A distribuição por tipo de disponibilidade está assim composta:

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5.379.639,72
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.950,00
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	2.564.644.533,09
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	39.924.149,03
FUNDO DE APPLICACAO FINANCEIRA	3.585.302,70
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.302.683,21
RESGATE APLIC FINAN LIQ IMED RECURSOS CTU	(307.480,99)
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.048.229.596,01
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	136.797.677,11
GARANTIAS	6.932.145,34
TOTAL	3.806.496.195,22

Do valor total registrado, 67,38% são Títulos da Dívida Agrária, que compõe o ativo do INCRA. Esses títulos são emitidos para pagamentos de aquisição de imóveis rurais destinados à política de reforma agrária.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abaixo segue a composição do Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	Dezembro/2024
13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	5.220.553,59
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.977.745,67
VIAGENS - ADIANTAMENTO	105.257,10
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	12.919.152,04
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	1.966.536,37
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	403.314.744,82
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	28.621,45
ADIANTAMENTO DE IRPJ E CSLL	0,00
TOTAL ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	428.532.611,04
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(1.689.114,90)
TOTAL AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	(1.689.114,90)
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	34.710,85
CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO	1.725.827,45
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	133.043,81
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO	5.055.483,55
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	6.949.065,66
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	5,45
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	5,45
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	813.328,31
VALOR A REC C/GRU DE DESP VINC CONVEN ESTORNA	45.237,53
SAQUES POR CARTAO DE PAGTO A CLASSIFICAR	14.910,00
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	26.149,78
CRED A REC POR REEMB SALÁRIO MATERNIDADE PG	0,00
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	161.876,03
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	28.804.288,06
CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	85.240.244,66
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.014,85
RECURSOS DA UNIAO	102.988.997,34
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	809.971.324,36
CREDITOS PARCELADOS	4.371.291,43
CRED A REC - REGULARIZ FUNDIARIA E REF AGRARI	15.258.754,40
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	1.036.965.184,64
TOTAL OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	2.084.662.601,39
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR	75.964.694,32
ICMS DIFERIDO	79.925.858,41
IRRF A COMPENSAR	109.118,33
IR E CSLL A RECUPERAR/COMPENSAR	10.901.482,39
INSS A COMPENSAR	0,00
COFINS A RECUPERAR / COMPENSAR	30.115,21
PIS/PASEP A RECUPERAR/COMPENSAR	6.537,88
IR E CSLL A RECUPERAR / COMPENSAR - INTRA	0,00
TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	166.937.806,54
TOTAL	2.685.392.975,18

Verifica-se que 38,62% do valor total se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados com outros órgãos da Administração Pública Federal para consecução das políticas do Ministério e seus Órgãos vinculados.

Os 30,16%, registrados em Créditos a receber por cessão de créditos pela União, se referem a valores de doações de estoques efetuados pela CONAB.

Outra rubrica expressiva neste grupo de contas são os Adiantamentos a Fornecedores. Representando 15,02%, os valores se referem a registros, feitos pela CONAB, de aquisição de produtos para posterior incorporação aos estoques quando de seu recebimento.

A variação verificada nesse grupo de contas, superior a 60%, se deu majoritariamente pela variação na conta Créditos a receber por cessão de créditos pela União, que passou de R\$ 198 Milhões em janeiro para R\$ 809 milhões em dezembro de 2024.

Nota 03 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – CP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Empréstimos Concedidos a Receber, no total de R\$ 4,7 milhões, que se referem a valores a receber de beneficiários referentes à concessão de crédito de instalação à assentados da Reforma Agrária, registrados no INCRA; e
- b) Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros – no total de R\$ 2,1 bilhões (99,8% do valor total) e se referem à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03. São valores próprios do Fundo, oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira e reembolso, disponíveis para concessão de novos empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Cabe pontuar que não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Já há tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 04 – Estoques - CP

Do valor total dos R\$ 287 milhões registrados nessa conta, 99% são estoques destinados à revenda ou doação, administrados pela CONAB. O valor representa 0,04% do ativo total do Órgão Superior. A variação negativa de 25,86%, observada no período, se deve a venda e/ou doação dos produtos armazenados, dentro da política de abastecimento gerenciada pela CONAB.

Nota 05 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos a Receber, no total de R\$ 1,3 bilhão, registrados no INCRA, referentes a valores a receber de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); e
- b) E os Financiamentos Concedidos a Receber – no total de R\$ 3,1 bilhões, referentes aos contratos de financiamentos firmados no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

Houve uma variação negativa de 43,29% nesse grupo de contas devido a ajustes realizados pelo INCRA, no sentido de desreconhecer do ativo das demonstrações contábeis da Autarquia os registros dos créditos de instalação concedidos anteriormente ao exercício de 2014, mantendo o controle contábil destes créditos desreconhecidos em conta apropriada, para assegurar a devida transparência e, após identificação dos créditos vigentes, contabilizar somente os direitos devidos a fim de que o ativo reflita fielmente os recursos a receber, conforme recomendação da Controladoria Geral da União – CGU.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e

b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 06 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Do valor total de R\$ 8,8 bilhões, 82% se referem a conta “Créditos a Receber – Regularização Fundiária e Reforma Agrária” que registra os valores a receber decorrentes da emissão de títulos, pela União, em processos de regularização fundiária de terras de sua competência, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

Nota 07 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam 97,14% do ativo total do MDA, num valor total de R\$ 766 bilhões, assim distribuídos entre os órgãos que compõe o Ministério:

	INCRA	CONAB	MDA
BENS DE USO ESPECIAL	764.350.899.161,07	322.860.755,96	
BENS DOMINICAIS	1.905.749.321,15		
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	393.031.512,34	20.800.762,85	
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.252.248,01	9.255.899,50	17.937.968,00
INSTALAÇÕES	6.212.009,70	178.634,50	8.023.121,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	4.300.953,37		
DEPREC./ACUM./AMORT. ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(33.056.160,89)	(231.042.146,49)	
TOTAL	766.629.389.044,75	122.053.906,32	25.961.089,00

Do total dos bens imóveis, se destacam os Bens de Uso Especial, que representam 99% do total, registrados, quase em sua totalidade no INCRA. A tabela a seguir apresenta a composição deste grupo:

BENS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO	SALDO
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	332.309.280.360,72
TERRENOS, GLEBAS	431.189.241.527,42
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	121.954.023,26
EDIFÍCIOS	288.948.346,12
COMPLEXOS, FÁBRICAS E USINAS	53.108.898,28
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	8.713.148,76
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	702.513.612,47
TOTAL	764.673.759.917,03

Verifica-se que 99,85% dos valores estão registrados nas contas “Fazendas, Parques e Reservas” e “Terrenos e Glebas”, do INCRA. Esses imóveis rurais encontram-se, quase que em sua totalidade, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUnet, conforme prevê a Portaria Conjunta STN-SPU 703/2014.

A valoração desses imóveis é feita com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) elaborada pelo INCRA, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

Nota 08 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

No encerramento do exercício 2024, O Órgão Superior apresentou um saldo de R\$ 61,4 milhões de “Fornecedores e Contas a Pagar”, sendo o total do saldo em obrigações de curtos prazo e à credores nacionais.

O valor representa 1,68% do passivo total do órgão, sendo que no período houve uma redução de 7,43% no saldo desse grupo de contas, que está assim distribuído pelos órgãos do MDA:

	ÓRGÃO	SALDO - R\$
22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	36.296.824,62
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	21.713.433,00
49000	MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR	3.482.662,02
TOTAL		61.492.919,64

Abaixo os maiores fornecedores por Órgão:

a) INCRA

FORNECEDOR	VALOR (em R\$)
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA,	4.001.132,58
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA	3.750.400,92
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.893.661,90
DIAMANTINA PROJETOS LTDA	2.127.831,75
FERRARI CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	2.075.184,23
DELTA PROJETOS AGROPECUARIOS PARNAMIRIM LTDA	1.659.278,09
JULIANA CRISTINA NARCIZO	1.505.685,55
TERRAPLANA SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA	1.323.234,58
SEMENTES ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL EM PROJET	1.077.364,58
J. B. SERVICOS LTDA	684.973,51

b) CONAB

FORNECEDOR	VALOR (em R\$)
G10 TRANSPORTES S.A.	2.108.505,24
TRANSPORTADORA BRASIL CENTRAL LTDA	1.419.680,92
CAL- COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	907.613,60
COOPERATIVA CENTRAL DA BIODIVERSIDADE DA AMAZONIA BIOAM	669.900,00
TRANSVAL TRANSPORTADORA VALMIR LTDA	653.918,17
ELETRO TARTARI LTDA	508.066,77
ALIANCA AGRO COM. TRANSPORTES LTDA	414.172,79
ASSOCIACAO ESTADUAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE GOIAS	282.450,00
ODEBRECHT COMERCIO E INDUSTRIA DE CAFE LTDA	267.130,56
COOPERATIVA TRITICOLA SAMBORJENSE LTDA	239.041,58

c) MDA

FORNECEDOR	VALOR (em R\$)
ASSOC RIOGR DE EMPR DE ASSIST TEC E EXTENSAO RURAL	1.088.235,04
EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTENCIA E EXTE	822.951,66
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	663.601,46
PREMIER EVENTOS LTDA	205.963,70
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO E EXTENSAO RURAL	142.352,99
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	113.368,77
PLANALTO SERVICE LTDA	86.439,98
COOPERATIVA MISTA DE PROD., INDUS. E COMERC. DE BIOCMB	73.689,95
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURAL	56.621,80
GVP CONSULTORIA E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA	55.019,19

Nota 09 – Provisões

As provisões a curto e a longo prazo somavam o montante de R\$ 212,5 milhões em 31/12/2024, resultando numa variação de -4,22% em relação ao período anterior.

A tabela a seguir apresenta a composição das provisões registradas no MDA, ressaltando que todos os valores estão contabilizados no passivo da CONAB.

PROVISÃO	2024	2023
RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	85.227.751,34	95.060.670,38
RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO	19.989.784,58	14.699.705,27
RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	25.807.239,14	10.115.421,31
TOTAL A CURTO PRAZO	131.024.775,06	119.875.796,96
RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	36.016.991,78	43.281.292,27
MATEMÁTICAS A LONGO PRAZO	7.491.066,93	7.065.335,70
RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	1.031.774,49	427.555,07
RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	36.958.916,38	51.228.638,74
TOTAL A LONGO PRAZO	81.498.749,58	102.002.821,78

Essas provisões se referem a desembolsos prováveis referentes aos processos judiciais relativos as ações Trabalhistas, Cíveis e Fiscais, nos quais a CONAB figura no polo passivo, e são contabilizadas com base em planilhas elaboradas pela área jurídica da Companhia.

No longo prazo, as provisões matemáticas se referem aos riscos inerentes ao Plano de Previdência Complementar dos empregados da empresa, o CIBRIUS.

Nota 10 – Outras Obrigações

Em “Outras Obrigações” estão compreendidas um subgrupo de obrigações perante terceiros que não foram incluídas em subgrupos específicos. Em 31/12/2024, o MDA apresentou um saldo de R\$ 2,97 bilhões em “Outras Obrigações”, sendo R\$ 2,06 bilhões registrados no curto prazo (69,58%) e R\$ 904 milhões no longo prazo (30,42%). Quando comparado a 31/12/2023, o saldo apresentou um acréscimo de 46,81% no curto prazo, e um decréscimo de 1,26% no longo prazo. A tabela a seguir apresenta as rubricas que compõem esse subgrupo.

OBRIGAÇÃO	2024	2023
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	14.679.491,97	15.125.549,94
DIARIAS A PAGAR	173.859,24	230.052,19
ENTIDADES CREDORAS - FEDERAIS	1.485.682.384,88	1.008.061.548,75
ENTIDADES CREDORAS - ESTADOS, DF E MUNICIPIOS		670.535,43
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LIBERAR	16.334.463,08	431.463,08
GRU-VALORES EM TRÂNSITO PARA ESTORNO DESPESA	25.838,43	47.374,83
ORDENS BANCÁRIAS CANCELADAS	31.725,32	77.950,17
SAQUE -CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	450.878,51	357.856,47
FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDER	627.823,44	353.842,03
CONVENIOS E INSTR CONGERESES DEVOLVIDOS	457.372,75	4.805.536,08
SUBVENCOES A PAGAR	616.575,91	483.101,43
ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA	101.362.524,95	92.350.925,84
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	449.376.657,84	286.885.034,13
TOTAL CURTO PRAZO	2.069.819.596,32	1.409.880.770,37
ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA	904.940.572,70	916.442.653,15
TOTAL LONGO PRAZO	904.940.572,70	916.442.653,15

a) Curto Prazo

Do valor total de R\$ 2,06 bilhões, 71% se referem ao registro do diferimento da receita da política de estoques públicos, registrados na CONAB.

Outros 21,71% se referem a Termos de Execução Descentralizada firmados por INCRA, CONAB e MDA, como recebedores de recursos, em execução e/ou pendentes de comprovação.

b) Longo Prazo

O valor de R\$ 904 milhões, se refere integralmente ao contrato de firmado entre a CONAB e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS), para saldar o plano de previdência complementar da empresa, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas. Em dezembro de 2024 foi paga a parcela 60/228 do acordo.

11 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão do Órgão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o Órgão, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado no quarto trimestre de 2024 foi deficitário em R\$ 16,5 bilhões, conforme se verifica na tabela a seguir.

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	25.025.814.805,48	23.758.689.417,66	5,33
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	41.613.208.472,60	39.781.049.191,07	4,61
Resultado Patrimonial do Período (III = I - II)	(16.587.393.667,12)	(16.022.359.773,41)	(3,53)

Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, o resultado negativo aumentou em R\$ 16,5 bilhões (3,53%).

A seguir apresentam-se os valores mais relevantes na apuração do resultado patrimonial.

a) Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais representam 71,65% das Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício, se referem às transferências relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, para execução das atividades e políticas do Ministério e dos Órgãos Vinculados.

b) Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representado 11,16% das VPAs do Órgão, num montante de R\$ 1,9 bilhão, o valor se refere à arrecadação da CIDE pela Receita Federal, repassada ao INCRA, decendialmente.

c) Ganhos com Incorporação de Ativos

Do valor total de R\$ 1,58 bilhão, 26,51% dos valores se referem ao registro de imóveis de uso especial no SPIUNet pelas Unidades Gestoras do INCRA.

Outros 37,92% se referem ao registro da participação dos empregados da CONAB, no custeio do Serviço de Assistência à Saúde (SAS).

Os demais valores, R\$ 563 milhões (35,57%) são decorrentes do registro de transferências financeiras, via TED, efetuados pelo MDA e Órgãos Vinculados, que são contabilizadas no ativo até que tenham sejam apresentadas as prestações de contas por parte dos Órgãos recebedores.

d) Outras Transferências e Delegações Recebidas

O valor total de R\$ 343 milhões registrados nesse grupo de contas refere-se a movimentações de bens entre as Unidades Gestoras do MDA e Órgão Vinculados, bem como de bens recebidos por essas unidades oriundas de outros órgãos da Administração Pública Federal.

12. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Pelo critério do empenho, o Resultado Orçamentário no exercício de 2024, foi deficitário em R\$ 2,15 bilhões, uma vez que as receitas realizadas montaram a quantia de R\$ 3,48 bilhões e as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 5,47 bilhões. Pela ótica de caixa, ou seja, considerando as despesas efetivamente pagas, inclusive restos a pagar, o resultado apresentou déficit de R\$ 1,55 bilhões.

13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), pelas transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e pelo resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

No exercício de 2024, o resultado financeiro apresentou um superávit de R\$ 260 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	3.487.658.333,16	3.305.166.189,73	5,52
Despesa Orçamentária (II)	5.647.061.423,29	6.156.322.327,51	-8,27
Resultado Orçamentário (III = I - II)	-2.159.403.090	-2.851.156.138	-24,26
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	17.250.958.633,40	16.858.172.901,73	2,33
Transferências Financeiras Concedidas (V)	15.743.832.709,76	15.005.926.193,40	4,92
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	1.507.125.923,64	1.852.246.708,33	-18,63
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	2.162.696.400,62	1.684.754.110,12	28,37
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.250.036.136,89	656.568.377,72	90,39
Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)	912.660.264	1.028.185.732	-11,24
Resultado Financeiro do Exercício (X = III + VI + IX)	260.383.097	29.276.303	789,40

14. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” na MDA apurada em 31/12/2024 foi de R\$ 260 milhões, representando uma variação positiva de 789,4% em relação ao período anterior, quando o resultado gerado foi de R\$ 29,2 milhões, conforme tabela a seguir.

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)
Atividades Operacionais	663.531.986,88	431.425.493,36	53,80
Atividades de Investimento	- 403.148.889,60	- 402.149.190,44	0,25
Atividades de Financiamento	-	-	0,00
Total	260.383.097	29.276.303	789,40

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
 Contador Responsável
 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar